**FACULDADE DE AFONSO CLÁUDIO - FAAC**

**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – CESAP**

**Pós Graduação em Docência do Ensino Superior**

CLARISVETE CECÍLIA SOUZA DA CONCEIÇÃO

EDUARDO FERNANDO TEIXEIRA MENESES

LUCAS DOS SANTOS MATOS

##### LÍNGUA BRASILEIRA: O ADVENTO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

**SALVADOR**

**2015**

CLARISVETE CECÍLIA SOUZA DA CONCEIÇÃO

EDUARDO FERNANDO TEIXEIRA MENESES

LUCAS DOS SANTOS MATOS

##### LÍNGUA BRASILEIRA: O Advento de uma Identidade Nacional

Monografia apresentada ao Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação – CESAP, como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós Graduação em Docência do Ensino Superior, orientado pelo professor Iordan Leite.

**SALVADOR**

**2015**

**LÍNGUA BRASILEIRA: O ADVENTO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL**

Por

CLARISVETE CECÍLIA SOUZA DA CONCEIÇÃO

EDUARDO FERNANDO TEIXEIRA MENESES

LUCAS DOS SANTOS MATOS

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Presidente Professor

Orientador CESAP

-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente da Banca – CESAP

-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Componente da Banca – CESAP

Dedicamos este trabalho a DEUS, que tanto nos deu forças. Aos nossos Mestres, sempre presentes e dedicados ao conhecimento que nos move. Aos nossos pais, amados e eternos. E ao leitor, que nos prestigia.

**AGRADECIMENTOS**

 Agradeço a todos os professores e, em especial os da graduação e pós-graduação que, com muita paciência, dedicação e amor, nos instruíram no caminho do saber.

“Falamos a ‘mesma’ língua, mas falamos diferente”

 *(Eni P. Orlandi)*

**RESUMO**

O presente artigo disserta sobre a língua nacional, discute questões históricas sobre o Português de Portugal e o Português do Brasil a partir dos estudos de Eni Orlandi e outros importantes pesquisadores. Realiza uma pesquisa bibliográfica como metodologia com o objetivo de revisar as principais colaborações sobre o tema. Questiona a formação de uma língua nacional, tanto para valorização da identidade pátria quanto para a adoção dessa língua pelos naturalizados brasileiros, ainda apresenta informações a respeito da história de formação das palavras e da criação dos sotaques pelo território. Objetiva inserir a disciplina de Língua Brasileira nas Escolas Públicas e Privadas no Brasil como resgate ao idioma nativo, questão principal dessa pesquisa. Apresenta o idioma brasileiro como símbolo da identidade nacional e elemento indissociável do povo brasileiro.

Palavras-chave: Língua Brasileira. Português. Idioma. Identidade.

**SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES**

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

PCNs Parâmetros Curriculares Nacionais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO 10

1. DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA 13

1.1. SOBRE O BRASIL 14

1.1.1. O Idioma Nativo 16

1.1.2. O Idioma Oficial 17

1.1.3. A Escola de Primeiras Letras e a Língua 19

2. ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS 22

2.1. Língua Brasileira nas Escolas 22

2.1.1. Implantação 23

2.1.2. Resultados 26

3. ASPECTOS PEDAGÓGICOS: LÍNGUA PORTUGUESA X LÍNGUA BRASILEIRA 28

3.1. QUANTO À PROPAGAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33

# INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da Língua Brasileira ou do Português Brasileiro vêm ganhando força nos últimos dois séculos, mas desde a colonização do Brasil esta questão já é discutida. Muitos nacionalistas já requisitavam a existência de uma língua própria da nação que resgatasse essa identidade patriótica perdida após 515 anos de escravidão.

Segundo Orlandi (2002) os românticos Gonçalves Dias, José de Alencar e outros amantes do Brasil como o Visconde de Pedra Branca e Paranhos da Silva já defendiam uma língua nacional, formada pelos brasileiros e não subjugada pelos portugueses, este foram os primeiros a discutir oficialmente esta importante questão. Por outro lado, os gramáticos eruditos não admitiam essa nova língua, acreditavam que só deveria haver a Língua Portuguesa como oficial na nação.

Segundo Rodrigues (2005) o número de línguas faladas no Brasil teria sido cerca de mil e duzentas, algumas delas com estrutura bem definida e ainda hoje faladas como o Tikuna, Guarani Kaiowá, Guajajara (Tenetehára), Makuxí, Nhengatu (Língua Geral Amazônica, Tupi Moderno ou Língua Brasílica), Terena, Akwén Xavante, Kaingang do Paraná, Mundurukú e Wapixána.

Em 2010 a população indígena não passava de 817.963 segundo dados do IBGE (2010), esses números expressam que houve uma significativa diminuição da população indígena desde a chegada dos portugueses até os dias atuais onde se estima que houve quatro a cinco milhões de nativos e uma pluralidade linguística riquíssima.

Essa diminuição não somente numérica, mas cultural, fez com que ao longo dos anos os índios fossem esquecidos e sua língua fosse morta, caindo em desuso por questões práticas e interesses políticos ou meramente por ineficácia no mundo moderno.

Quando comparado aos brancos, os índios se diferem em muitos aspectos, principalmente na língua. Enquanto a Língua Portuguesa desenvolveu-se há anos na evolução do espanhol, latim e etrusco, as línguas adotadas no Brasil antes da colonização partiam de dialetos falados na própria terra e sem contato com as línguas europeias tinham um aspecto bem peculiar.

O idioma falado atualmente não é puramente português, ou pelo menos, não o é aquele ensinado pelos colonizadores. Apesar de que os linguistas mais conservadores ainda insistam em promulgá-la como sendo a língua falada uma herança inalterada deixada pelos portugueses quando em domínio das terras brasileiras. Alguns autores, no entanto, falam sobre a necessidade da criação de uma Língua Brasileira, com suas próprias características, a fim de reanimar os ânimos pela língua pátria, pela nação. Esta pesquisa levanta a seguinte questão: “Como implantar a disciplina Língua Brasileira nas escolas públicas e particulares do Brasil para o resgate da identidade pátria?”.

Ainda neste trabalho será discutida a emancipação linguística do Brasil difundida em todo território por meio de gírias e expressões regionais características influenciadas pela presença de outras línguas. Será discutido também de que forma o regionalismo pode contribuir com a formação da língua brasileira e até que ponto as gírias e palavras de baixo escalão são suficientemente necessárias para o falante brasileiro.

Não se trata de uma revolução linguística ou de uma “Torre de Babel”, mas todo país tem algo que o difere e o dignifica entre os outros e a língua é um patrimônio cultural que torna fácil esse reconhecimento. O advento de uma nova língua, no entanto, depende do envolvimento técnico (professores, gestores pedagógicos), burocrático e político. Além dessa conversa entre os setores, é necessário conscientizar a população quanto à importância cultural e histórica do país.

O falante de outros idiomas é facilmente identificado quanto à sua nação, mas o brasileiro ainda não, pois carrega o português em sua compleição linguística e histórica. A essa questão de identidade este artigo também busca discutir à luz de outros pesquisadores que defendem a língua como elemento de nacionalização.

Para corroborar a relevância dessa pesquisa, alguns importantes pesquisadores sobre o tema foram convidados para esse debate que promete não terminar só em palavras, mas em ações que legalizem o Brasileiro como língua oficial no Brasil.

# DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA

O idioma em um país deve ser preservado, cultivado e valorizado pelos seus falantes. O estrangeirismo pode impedir o crescimento hegemônico da nação se não for controlado. O Japão, preocupado com essa influência em sua cultura decidiu impedir esse avanço, conforme afirma CUNHA (2003, p. 21) em nota à Revista Notícias do Mundo:

O governo japonês decidiu formar um grupo acadêmico de discussão com 20 linguistas para deter o avanço de estrangeirismos em seu idioma. A equipe deve reunir-se a cada semestre para apresentar uma lista de palavras japonesas como proposta para substituir termos em inglês, correntemente usados, pelos japoneses. Para a ministra da Educação do Japão, Atsuko Toyama, a medida se deve ao medo de que a beleza da língua japonesa se perca. Os membros do governo que defendem a medida consideram que os jornalistas e os políticos, por serem formadores de opinião e influenciarem o comportamento das pessoas, têm uma parcela considerável de culpa na descaracterização do idioma japonês ao utilizarem com frequência termos e expressões da língua inglesa. O linguista Mitsuru Ohki, da Universidade de Kyoto, considera que lutar contra a influência do inglês na língua japonesa, tendência que se acirrou nos últimos três anos com a globalização, é uma batalha perdida. “O idioma já está misturado. O japonês é falado com muitos termos em inglês”, diz Shemiko Ketsuo, do consulado japonês em São Paulo.

Na visão de muitos países o estrangeirismo é visto como algo positivo e até incentivado, como é o caso do Brasil. Mas no Japão, vê-se que existe um respeito pela identidade cultural do seu povo, ou seja, mesmo com o advento da modernidade eles não menosprezam valores construídos ao longo de sua história, assim como sua língua.

A preocupação dos governantes para com a língua japonesa é bastante louvável, já que a língua identifica a nação, no entanto, os intelectuais não estão de acordo com essa visão hegemônica mediante a globalização que é muito evidente e encanta aos jovens de todo o mundo.

Uma língua é formada mediante a história de um povo, suas crenças, suas marcas de expressão, suas lutas, seus desafios, seu sangue. Quando um povo dominante invade as terras de seu inimigo, a primeira coisa que destrói, além de algumas vidas, é sua cultura. Dentro de sua cultura, reside a língua que caracteriza e unifica aquela nação. Negar o direito de se comunicar por meio do código linguístico adotado, é suprimir a vontade dos cidadãos. Foi o que ocorreu no Brasil.

## SOBRE O BRASIL

Em 22 de abril de 1500 os portugueses atracaram em Pindorama, nas terras depois denominadas, Brasil. Ao chegarem encontram milhões de habitantes que possuíam sua própria cultura, língua e organização social, mas por distarem completamente da “civilização” europeia, foram chamados de bárbaros e também subjugados à barbárie dos europeus. Um genocídio digno de Hittler, lembrado como marco para o nascimento de uma colônia e futura nação.

Sob a bandeira da civilização ainda, tentaram ensinar a religião e inserir o latim às pobres almas daqueles nativos que não sabiam ler nem escrever no Novo Mundo. Mas eles não foram consultados quanto a este negócio. Nada disso foi considerado pelos colonizadores, afinal era só mais um país dominado como tantos outros que sofreram invasões ao longo dos séculos. Com o tempo, aquele povo seria escravo dos portugueses e tudo não passaria de história.

A identidade nacional é uma bandeira nova e cheia de controvérsias. Muitos brasileiros ensinados desde a infância de que foi D. Pedro I quem proclamou a Independência do Brasil, um Português que “rasgou as vestes lusitanas” e “adotou” a colônia, não reconhecem outro herói que não esse: aquele que livrou o povo brasileiro do domínio português. Sob esse histórico não é de se espantar que a língua também seja um patrimônio dos europeus, resquício eterno de sua exploração.

Segundo FIORIN (2009, p.117), citando a identidade nacional:

O trabalho de construção da nacionalidade começa, então, com a nacionalização do monarca. Pedro I é mostrado como alguém que renuncia a Portugal e assume a nacionalidade brasileira. Nossos livros de História repetem incessantemente o episódio do Dia do Fico, em que o Príncipe afronta a Corte Portuguesa, para “fazer o bem de todos e a felicidade geral da Nação”. Na célebre representação da independência, produzida por Pedro Américo, D. Pedro, do alto de um cavalo, no ponto mais elevado da colina do Ipiranga, está com a espada desembainhada, apontada para o céu, gritando “Independência ou Morte”. A descrição desse fato nos manuais de História diz que D. Pedro, antes do grito inaugural de nossa nacionalidade, arrancou fora os laços portugueses.

Fiorin (2009) ilustra com muita precisão o trabalho da mídia na construção do imaginário popular, a população brasileira carente de um herói nacional, acaba adotando um que se nacionaliza convenientemente, pois seu país está sob fortes ameaças e seu poderio comprometido, e decide ficar, o Brasil por sua vez, é novamente refém dos portugueses, porém desta vez eles estão escondidos pelos ideais republicanos.

Ainda sobre essa identidade, uma nação precisa de um símbolo pelo qual possa se estabelecer, se a história mostra um passado de exploração, medo, escravidão, corrupção, uma opção para a construção dessa brasilidade seria a criação de algo particularmente nacional, elevando assim o patriotismo de um povo tão desacreditado com tudo o que vem acontecendo ao longo dos anos.

O idioma nativo é motivo de preocupação por parte dos colonizadores que logo enviam padres jesuítas com a missão de apaziguar os ânimos, ensinar os bons modos de uma sociedade civilizada e, não tão claramente definido, dominar pela palavra, ou seja, ensinar o idioma português aos aborígenes que deveriam abandonar seu linguajar pagão.

## O Idioma Nativo

Para a maioria da população brasileira a língua não é um patrimônio, mas apenas algo frívolo, sem qualquer importância, a não ser quando a língua é exigida em exames vestibulares ou concursos públicos.

A língua não é material, com o qual se possa barganhar, é adquirida por meio da escuta, oralidade, leitura e escrita, parte do indivíduo e vai se desenvolvendo ao longo da vida. A língua passa a ser um acessório de comunicação sem o qual nada poderia ser mantido: a ciência, a tecnologia, a medicina, a educação, nada disso coexistiria numa nação.

Apesar disso, o idioma nativo não foi considerado no Brasil e ainda é discutido na academia sobre sua verdadeira relevância nos dias atuais. Os nacionalistas deste século só vêm partidos políticos milagrosos ou reformas utópicas no sistema partidário como solução para este país tão massacrado por idiossincrasias de um povo tão corrupto. Adotar uma língua extremamente brasileira seria uma maneira de unificar o povo e valorizar a história desse país.

Para os falantes do idioma oficial no Brasil, a Língua Portuguesa versa muito sobre uma realidade díspar da vivida pela maioria da população que se expressa de maneira peculiar em cada região.

Para Callou (2010, p.11):

No que se refere ao Português do Brasil, predominava a concepção de língua como reflexo e expressão da cultura e a da superioridade cultural dos brancos sobre os negros e índios. Ao advogarem uma identidade linguística e uma homogeneidade dentro de um conjunto heterogêneo, mais recentemente chamado de “português brasileiro”.

Essa homogeneidade utópica ganhou força, mas conforme facilmente é percebido nas diversas regiões do Brasil, existem singularidades que tornam improcedente essa visão, mesmo dentro do país, ainda mais difícil entre brasileiros e portugueses.

O desejo por um idioma nativo não é uma proposta política no sentido de desmembramento ideológico de Portugal, mas uma convergência de ideias condensadas desde os primeiros nacionalistas que almejaram uma língua pátria por muitos anos.

## O Idioma Oficial

No Brasil a política sempre foi aliada à religião católica que atendia exclusivamente aos interesses dos poderosos do passado e, de alguma forma, os líderes da atualidade. O Nheengatu era considerado a língua geral e até mesmo considerado um idioma literário, pois os missionários traduziam peças sacras para essa língua ensinada pelos índios. Ainda em 1694 a língua predominava nas terras brasileiras.

Segundo NAVARRO (2011, p. 7):

A língua geral amazônica, ainda falada no vale do rio Negro e, desde o século XIX, também chamada *nheengatu*, é irmã da língua geral meridional, que desapareceu no início do século XX. Esta se irradiara a partir da capitania de São Vicente para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e para as capitanias do sul do país, seguindo o rastro dos paulistas que avançavam com suas entradas e bandeiras. Essas línguas gerais deixaram sua herança nos nomes geográficos e na língua portuguesa do Brasil.

A língua geral amazônica não foi língua de nenhum grupo indígena antes da chegada dos europeus à América. Ela começou a se formar no Maranhão e no Pará da língua falada pelos tupinambás que ali estavam e que foram aldeados pelos missionários jesuítas, juntamente com muitos outros índios de outras etnias e de outras línguas.

No entanto, em 1757 o Marquês de Pombal promulgou a Lei do Diretório que considerava a língua geral uma “invenção verdadeiramente abominável e diabólica” e proibia às crianças, filhos de portugueses, e aos indígenas aprenderem outro idioma que não o português, na área compreendida pelos estados do Pará e Maranhão.

Em 1759 a mesma lei é ampliada para todo o território nacional, e é quando nasce nesse cenário o idioma oficial motivado por ideais políticos e hegemônicos de um português. O Brasil, portanto, por quase dois séculos possui duas línguas oficiais: o português e o nheengatu.

A história conta as atrocidades e o terrorismo de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, que caçou e matou jesuítas acusando-os de serem a favor dos indígenas. Dentre tantas atrocidades ele acumula a de impor a Língua Portuguesa como oficial na colônia brasileira, e deixar a nação com medo de represálias, pois além de perseguir os jesuítas, todos os envolvidos também eram torturados e mortos.

O período conhecido como Terror Pombalino, também fez regredir a educação brasileira em séculos, pois foram expulsos aqueles que detinham o método de ensino considerado eficaz para época e para o Brasil, já atrasado em muitos aspectos mesmo em relação a algumas colônias, fica ainda mais estagnado cientificamente.

O artigo 13 da atual Constituição Brasileira diz: "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil". Para Eduardo Guimarães no sítio Enciclopédia das Línguas:

A língua oficial de um País tem um aspecto muito importante. Ela é parte do que caracteriza a identidade de um povo e de sua nação. A identidade brasileira, a nacionalidade brasileira, é constituída por um conjunto de elementos, e entre eles um dos principais é o fato de que falamos uma língua tomada como elemento de nossa identidade.

Uma língua oficial se caracteriza, por outro lado, por ser a língua obrigatória para todas as ações próprias da relação dos cidadãos com o Estado (seu País), quanto do Estado com seus cidadãos. Isto pode ser observado com facilidade no caso da Escola. Um País tem a obrigação de garantir a educação de seus cidadãos na sua língua oficial. No Brasil o ensino se dá, por conta desta obrigação, em português, mesmo que na escola sejam ensinadas outras línguas.

Essa língua oficializada por Pombal no século XVIII, no entanto, mesmo considerada oficial não é adotada por todos os habitantes, os índios preservaram sua identidade passando de pai para filho e assim valorizando sua cultura.

A partir dessa concepção, na França fala-se francês, na Espanha o espanhol, em Portugal o português e no Brasil... Também! A identidade nacional perde-se quando essa comparação é feita com a Pátria Amada, mesmo que fosse a língua portuguesa fosse homogênea, ainda assim precisaria analisar a história e voltar aos nativos, jesuítas e bandeirantes, falantes do nheengatu, demonizado pelo Marquês de Pombal, mas reconhecido pelo povo.

## A Escola de Primeiras Letras e a Língua Brasileira

A Escola de Primeiras Letras foi criada em 15 de Outubro de 1827, sob a Constituição Brasileira. Depois da Proclamação da Independência, precisava-se criar um modelo educacional para atender ao povo recém denominado brasileiro.

No artigo 6º, da Constituição de 15 de outubro 1827 está determinado:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a **gramática de língua nacional**, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827, grifo nosso)

Um friso aqui para a língua nacional, que deveria ser ensinada aos brasileiros sob a tutela de professores que fossem aprovados pelo Governo, até então português. Essa língua nacional já convencionada e promulgada em documentos oficiais como a própria Constituição começava a sobrepujar a língua geral e as locais faladas ao longo de todo o território brasileiro.

 O professor que, por sinal, ganhava anualmente de 200 a 500 mil réis, tinha o cargo vitalício ainda segundo essa Constituição, nos dias atuais esse valor em reais seria de R$ 72,74 (setenta e dois reais e setenta e quatro centavos) a R$ 181,85 (cento e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos), segundo CUNHA (2000) quando convertido esse valor.

 Falar sobre salário de professores foge ao escopo deste artigo, mas vale lembrar que desde tempos remotos seu valor é controverso na nação, apesar de ser essencial até mesmo como massa de manobra política, como se viu durante anos nesse país.

 Com a instituição das escolas de primeiras letras, a gramática da língua portuguesa foi ensinada aos brasileiros como o é até os dias atuais, perpetuando um mandato de um imperador português, acreditado por muitos como um verdadeiro herói nacional.

 Uma vez oficial, por mais que fosse questionado pelos habitantes brasileiros, não seria considerada nenhuma intenção de se implantar aos alunos o falar brasileiro, apesar de que fosse inevitável de se assomar em todo o território, culminando em uma revolução linguística, principalmente quando da instituição do Novo Acordo Ortográfico em 2009, entre os países falantes do português: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

 Como se já não fosse o bastante, os brasileiros ainda, depois de República, são controlados por eventos coordenados em Portugal, mostrando que o Brasil ainda é colônia linguística desse povo europeu. E cabe aqui uma reflexão sobre quanto tempo este país, com uma história e riqueza cultural notória, dona de um território continental, viverá às sombras idiomáticas de seu antigo colonizador.

Vê-se que a Escola de Primeiras Letras, a princípio criada para o ensino do cidadão brasileiro, também se tornou o lugar de promulgação da língua portuguesa às crianças da época e perpetuada pela sociedade brasileira, mostrando, desta forma, que o país desde sempre vem sendo prejudicado pelas ações políticas e pelos interesses de alguns.

# ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

##

Existem muitos aspectos importantes a serem considerados na construção de uma língua dentre os quais a política lidera, pois é de onde as leis emanam e o povo é refém.

Para ORLANDI (2002, p. 29)

Embora no início do século XIX muito se tenha falado da língua brasileira, como a Constituição não foi votada, mas outorgada por D. Pedro, em 1823, decidiu-se que a língua que falamos é a língua portuguesa. E o efeito desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira. É assim que distingo entre língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não pára de produzir os seus efeitos.

A língua portuguesa (ou imaginária) ainda é discutida hoje e é comum encontrar pessoas diariamente assumindo não saber falar português direito muito menos uma língua estrangeira, como o inglês. Nesta concepção, os currículos são construídos para o ensino da Língua Portuguesa assumindo as “variações linguísticas”, os “vícios de linguagem”, dentre outros erros considerados pelos linguistas brasileiros, mas inaceitáveis na linguagem formal ou padrão, a fim de não constranger o aluno, mas mostrá-lo a maneira “correta” de falar e escrever.

## Língua Brasileira nas Escolas

Antes de convencer a população de que a Língua Portuguesa deve ser substituída por uma língua nacional, é preciso mostrar aos gramáticos e linguistas as implicações técnicas dessa mudança.

Existem algumas considerações quanto à forma dessa nova (ou velha) língua acerca de como será a estrutura gramatical, quem serão os responsáveis pela consolidação se professores, políticos, estudantes ou a população. Para responder a tais inquietações é importante conhecer como acontece a implantação de novos idiomas por uma nação.

É muito importante ao professor de língua observar o falante na sala de aula e, principalmente, fora dela, onde há uma maior liberdade linguística para o aprendente. Na sala de aula, onde o aluno não pode usar gírias, palavrões ou abreviações, mas quando fora do ambiente pedagógico, o mesmo assume uma postura completamente diferenciada que foge à norma culta da língua portuguesa.

Alguns professores mais conservadores dirão que a norma culta deve ser respeitada, pois são cobrados em concursos e vestibulares por todo o país e são intolerantes quanto a desvios da norma em redações.

### Implantação

Uma língua nasce naturalmente quando algumas pessoas criam e adotam um determinado conjunto de símbolos e dão significados a coisas, como objetos, eventos, sentimentos. O idioma para ser considerado, precisa ser padronizado e ensinado a outros, seja de forma oral ou escrita, seguir um código de leis ou estrutura gramatical conhecida e natural aos falantes.

O objetivo final da língua é a comunicação, e, no caso da “língua brasileira” ou do “brasileiro”, que possui raízes em várias outras línguas europeias e americanas, não pode ser reinventada, mas adotada sem preconceitos residuais de seus falantes.

Existe uma infinidade de palavras “novas” criadas em cada região e jeitos de falar característicos. O carioca, baiano, gaúcho, paulista, cearense, enfim, cada um desses dialetos brasileiros, deve ser adotado no idioma brasileiro sem qualquer preconceito.

Há preconceito linguístico em algumas regiões do Brasil, é verdade, mas quando os diversos falares nacionais, a gramática e o dicionário brasileiro forem criados, o sentimento de pertencimento, de identidade, será elevado em cada cidadão, com mais essa conquista de independência.

A proposta de implantação ou reconhecimento da Língua Brasileira depois de cinco séculos de domínio do português, que ditou as regras gramaticais no país, não deve ser tomada como algo instantâneo, até porque, muitos linguistas devem participar dessa discussão livres sem qualquer resistência ao idioma.

A Lei nº 11.161, Projeto de Lei 3.987 de 2000, promulgada em agosto de 2005 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no Ensino Médio é um exemplo para ilustrar a necessidade política na implantação de uma língua. Apesar de que, este também é um exemplo de que a língua estrangeira sempre é mais valorizada que a nacional.

A implantação do brasileiro nas escolas deve atender aos requisitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), no que diz respeito à linguagem:

A linguagem é uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história. Dessa forma, se produz linguagem tanto numa conversa de bar, entre amigos, quanto ao escrever uma lista de compras, ou ao redigir uma carta — diferentes práticas sociais das quais se podem participar. Por outro lado, a conversa de bar na época atual diferencia-se da que ocorria há um século, por exemplo, tanto em relação ao assunto quanto à forma de dizer, propriamente — características específicas do momento histórico. Além disso, uma conversa de bar entre economistas pode diferenciar-se daquela que ocorre entre professores ou operários de uma construção, tanto em função do registro e do conhecimento linguístico quanto em relação ao assunto em pauta. Dessa perspectiva, a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (BRASIL, p.6)

Essas transformações históricas e temporais que acontecem com a linguagem devem ser estudadas. Os PCNs adotam a Língua Portuguesa como disciplina em todas as escolas no Brasil, como, aliás, está na Constituição a obrigatoriedade no ensino do idioma oficial, mas abre precedentes para o falar e a historicidade construída pela nação, em outras palavras, para a Língua Brasileira.

Então, quem deve sancionar a Lei que autoriza o reconhecimento da Língua Brasileira são os políticos, mas esse assunto nunca foi colocado em pauta antes, por não corresponder a uma necessidade, não ser algo prioritário, por assim dizer.

No panorama atual brasileiro, a globalização proveniente do consumismo exacerbado de uma minoria da população rica ou de classe média alta, que tem acesso a viagens para o exterior e recebem constantemente bolsas e incentivos do governo para o desenvolvimento científico no exterior, apostam na universalização do brasileiro como ocorreu com Roma no passado, hoje, no entanto, ao invés de latim, o inglês é quem toma o lugar de prestígio, destituindo as demais línguas.

Aqui no Brasil pouco se fala em nacionalismo ou identidade nacional linguística, a criação da Língua Brasileira de Sinais pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 foi o último avanço nesse sentido. Passado treze anos desde que a Lei que também torna obrigatório o ensino de Libras nas universidades brasileiras, ainda resta uma pergunta: O “surdo” fala brasileiro e o “falante”, português?

São incalculáveis as contradições existentes no país, alimentadas pelo medo do novo, das represálias. A escravidão acabou: o Brasil não é mais colônia de Portugal, possui auto-suficiência de petróleo, reservas ambientais ilustríssimas, uma milícia consolidada e um potencial tecnológico e bélico considerável, já está na hora de declarar-se uma Nação respeitada, como Colosso que é e implantar o Brasileiro como Língua Oficial.

### Resultados

Muitos dirão: “Mas o que mudará com a adoção da Língua Brasileira ou Brasileiro?” e para tal pergunta antes é preciso fazer uma retrospectiva para uma resposta adequada.

Quando o Marquês de Pombal destitui o uso do Nheengatu em todo o território brasileiro, não acabou apenas com a língua dos nativos, dos verdadeiros herdeiros da Terra Adorada, mas extinguiu toda uma cultura milenar, um código linguístico estruturado, falado pelos milhões de habitantes da colônia e até por portugueses e filhos de portugueses. Não bastou apenas isso, Pombal também massacrou e matou os jesuítas que resistiram à ordem imperial, expulsando-os, por fim, do Brasil. O triste resultado de negligenciar o Nheengatu foi a negação de uma identidade exclusivamente brasileira.

A Língua Brasileira já é falada aos milhares, com suas características próprias, palavras específicas para uma determinada coisa, evento, sentimento, que não fogem a uma estrutura como a usada na transcrição desse texto: letras, símbolos, sinais gráficos, sinais de pontuação, mas que possuem um contexto diferenciado do português.

Outro possível resultado para isso seria considerar as palavras fora de uma estrutura rígida e gramatical como parte integrante da língua. O erro ou transgressão, segundo os linguistas, não existe se for considerado que se tenha cumprido o objetivo da língua que é a comunicação. Talvez essa discussão ainda gere muita polêmica entre aqueles que usam “corretamente” a Língua Portuguesa e que não cometem qualquer desvio da língua padrão.

As universidades seriam convidadas a mudar a ementa do curso de Letras Vernáculas para um programa que atenda o ensino da Língua Brasileira considerando as mais diversas flexões. Os regionalismos não seriam encarados como “Variações Linguísticas”, mas adotados como pilar do idioma nacional. Não como no passado quando o falar carioca queria representar a nação, mas reconhecer particular e coletivamente cada dialeto no território.

A maior revolução acadêmica na área, uma verdadeira Torre de Babel para alguns, mas o nascimento de uma identidade nacional, a manifestação civil silenciosa dentro das academias e escolas, uma mudança na concepção histórica de um país que foi massacrado de muitas formas e que agora se levanta sob uma bandeira única, o idioma, tão brasileiro que não se possa negar como o samba.

Desta forma, espera-se que o idioma brasileiro seja considerado e formalizado a princípio enquanto disciplina nas escolas e universidades brasileiras, sendo inseridas como complementaridade nas academias e futuramente obrigatória e classificatória nos cursos de pedagogia e licenciatura, para que a partir daí seja o idioma oficial almejado prioritariamente neste artigo.

# ASPECTOS PEDAGÓGICOS: LÍNGUA PORTUGUESA X LÍNGUA BRASILEIRA

Existem mais diferenças entre o Português do Brasil e o Português de Portugal do que se queira admitir.

Para Campos (2008, p. 9): “Ainda persiste no espaço escolar uma prática de ensino da Língua Portuguesa pautada nos exercícios tradicionais de gramática, apesar da necessidade de um trabalho mais reflexivo com a língua”. Tal reflexão aqui deve ser entendida como ampliação do conceito de um ensino voltado para a aquisição de mecanismos gramaticais engessados que não permitem o novo no organismo da língua.

Enquanto para alguns a preocupação com a gramática deve ser pautada no significado da língua outros tem uma visão menos romantizada. Para a construção linguística de um texto no idioma português a gramática é fundamental, pois direciona a maneira usual de comunicação dos indivíduos.

Muitos professores de língua portuguesa se confrontam com o absurdo de ensinar a gramática normativa dentro de um país onde a própria língua oficial está em eterno conflito. Mas, no início da colonização a língua falada no Brasil não era a portuguesa. Segundo Guimarães (2004, p. 24):

As línguas gerais eram línguas tupis faladas pela maioria da população. Eram as línguas do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes. A língua geral era assim uma língua franca. O português, como língua oficial do Estado português, era a língua empregada em documentos oficiais e praticada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia.

 Havia a língua real e a imaginária falada no Brasil, alvo de discussões durante anos entre eruditos e amantes do idioma. Apesar de ser falada pelos moradores da colônia, os objetivos políticos de Portugal impediam que essa língua brasileira fosse reconhecida legalmente.

Para Orlandi (2002, p. 29):

Isso quer dizer que até hoje não decidimos se falamos português ou brasileiro. Embora a cultura escolar se queira, muitas vezes, esclarecedora em sua racionalidade e moderna em sua abertura, acabar sempre se curvando à legitimidade da língua portuguesa que herdamos e, segundo dizem, adaptamos às nossas conveniências, mas que permanece em sua forma dominante inalterada, intocada: a língua portuguesa. E quem não a fala, ainda que esteja no Brasil, que seja brasileiro, erra, é um mal falante, um marginal da língua.

É, pois, impressionante como a ideologia da língua pura, a verdadeira, faz manter o imaginário da língua portuguesa.

Ideologia que pouco a pouco vem sendo superada à medida que estudos a respeito dessa língua caracteristicamente brasileira vêm recebendo atenção por parte de importantes pesquisadores que tratam com seriedade esse assunto. E apesar de ser viva, falada e pensada numa estrutura brasileira, a língua imaginária tem seu poder social impregnado em textos didáticos e exames vestibulares numa exigência surreal para um povo que saiu recentemente do analfabetismo.

Sob uma visão mais elucidativa de Orlandi (2002, p. 30) temos:

Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. A variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração etc).

Nessa perspectiva, então, falamos decididamente a língua brasileira, pois é isto que atesta a materialidade linguístico-histórica. Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, de sotaque, de contornos sintáticos, de uma lista lexical, no entanto, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades.

Apenas essa concepção já atesta a existência de uma língua própria, uma identidade que valoriza a história construída de uma nação já tão expurgada de si mesma, sem qualquer vaidade patriótica que abriu mão até mesmo de seu idioma pelo de um conquistador europeu. A língua brasileira resgata esse sentimento patriótico além de legitimar a existência do patrimônio imaterial de seu povo. José de Alencar já falava essa construção em um de seus livros mais famosos, segundo afirma Fiorin (2009, p.119):

*O guarani* mostra, além da fundação da nacionalidade, outra fundação, a da língua falada no Brasil. A identidade desse idioma é correlata à do homem brasileiro, cuja origem o romance descreveu. Não se trata do português tal como é falado em Portugal, mas de um português modificado pela natureza brasileira.

A língua falada no novo país é um reflexo, na sintaxe e no léxico, das suavidades e asperezas da natureza da América. É uma fusão também da cultura com a natureza. Alencar não preconiza que se fale tupi, mas esse português modificado no Brasil

A língua brasileira já era discutida pelos grandes intelectuais no Brasil, onde eles admitiam não apenas a existência dela, mas a sua importância para o povo e o seu uso nas áreas comuns. Essa discussão tornou-se ainda mais evidente no início do século XXI com a indiscutível contribuição de Oswald de Andrade e outros artistas, políticos e professores da época.

# QUANTO À PROPAGAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA

Para que haja a implantação da Língua Brasileira no cotidiano é necessário que o governo exerça o seu papel na admissão dessa nova língua e a massificação através dos meios de comunicação existentes no país, como ocorreu na propagação da língua portuguesa no início do século XIX, segundo Guimarães (2002, p. 24):

A vinda da família real terá dois efeitos importantes. O primeiro deles é um aumento, em curto espaço de tempo, da população portuguesa no Brasil. Chegaram ao Rio de Janeiro em torno de 15 mil portugueses. O segundo é a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império que traz novos aspectos para as relações sociais em território brasileiro, e isto inclui também a questão da língua. Logo de início Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira, e dando à língua portuguesa aqui um instrumento direto de circulação, a imprensa. Esses fatos produzem um certo efeito de unidade do português para o Brasil, enquanto língua do rei e da corte.

A língua que pairou por muito tempo no Brasil como única e suficiente, na verdade não passou de uma manobra política forçada pelos interesses dos recém-chegados portugueses que transformariam a colônia na capital do império e sede do governo. A partir da imprensa, os poucos leitores da época estavam submetidos à língua opressora, pois era difundida por toda a colônia as informações referentes ao Brasil na língua portuguesa.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento de uma língua não é algo fácil de lidar, principalmente porque envolve diversas variáveis no processo: a população, os empresários, a corte política e os profissionais.

Enquanto a população encontra-se passiva, sendo vítima por tantos anos de leis que só beneficiam aos letrados; empresários propagam hegemonicamente a língua, por meio da imprensa; os políticos temem uma mudança nas leis e no poderio da língua; os profissionais da educação que há muito já enxergam essa demanda, estão ansiosos por essa adoção ao idioma pátrio.

Para formação de uma identidade nacional fidedigna e homogênea, apenas um legado como esse pode proporcionar. A língua é um patrimônio imaterial da nação, assim como a bandeira, que não pode ser queimada em vias públicas, sob pena de multa e prisão, ela não pode ser esquecida, negligenciada, enquanto está viva, em completo uso pelos seus falantes.

Buscou-se nessa discussão, portanto, refletir acerca da existência da Língua Brasileira ou simplesmente “o Brasileiro”, promovendo um debate histórico sobre a necessidade de considerar como idioma nacional, aquele falado nas ruas, academias e até mesmo em instâncias políticas.

Tal discussão, no entanto, como proposto nesta pesquisa, não pode encerrar aqui, mas ser posta em pauta no Congresso Nacional até que, assim como fizeram os políticos portugueses no Brasil, adotar a língua materna, com a característica de seus filhos: verdadeiramente brasileira.

#

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S., ORLANDI, E. e MAZIÈRE, F. “**L´hyperlangue brésilienne**”, *in Langages*, 130, Paris, Larousse. 1998.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Dispõe sobre o ensino das escolas de primeiras letras. Constituição Brasileira, Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CUNHA, Rodrigo. **Governo japonês busca preservar seu idioma**.*Cienc. Cult.*[online]. 2003, vol.55, n.2, pp. 21-21. ISSN 2317-6660.

FIORIN, José Luis. **A construção da identidade nacional brasileira.** Editora Bakhtiniana, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009

GUIMARÃES, E. **História da semântica;** sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, Pontes. 2004

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Língua Portuguesa no Brasil**. Campinas, Pontes. 2004

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira**. Revista Língua do Brasil: São Paulo, 2002.

**Língua Oficial**. Disponível em:

[http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\_oficial.htm. Acessado em 28/03/15](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm.%20Acessado%20em%2028/03/15) às 11h10min.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil.*Cienc. Cult.*[online]. 2005, vol.57, n.2, pp. 35-38. ISSN 2317-6660.